

A REVOLTA SEPARATISTA DA BAHIA

Luiz Maurício Costa Santana*

RESUMO: *As produções históricas apontam que, desde a abdicação de D. Pedro I, o autoritarismo prevaleceu durante todo o Período Regencial, no qual a centralização política causou uma série de descontentamentos entre a elite dominante, de cada região, com o Governo Central. Dessa forma, o país mergulhou num período de instabilidade política que duraria nove anos. A Sabinada, ocorrida na Bahia em 1837, é o objeto de estudo deste trabalho no qual procuro apontar sua importância para a História da Bahia. A vontade de se desligar do Império estava associada aos desmandos do poder central, associado ao fato de que a Bahia já possuísse uma tradição rebelde desde 1798 com a Conjuração Baiana. A hipótese era que a separação seria provisória até D. Pedro de Alcântara completar sua maioria; a partir daí aparecem as contradições da revolta que colocam a Sabinada como um movimento republicano e até mesmo federalista. Com isso, constata-se a falta de organização nas propostas pretendidas pelos rebeldes, que, em cinco meses, foram derrotados tendo o Governo Central restaurado a paz e a ordem pública.*

Palavras-chave: Brasil; Federalismo; Bahia

1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a Revolta Separatista da Bahia ocorrida em 1837, a Sabinada. Para falar desta Revolta, é procedente abordar como estava o Brasil neste período. A historiografia brasileira coloca que, com a abdicação de D. Pedro I, o autoritarismo instaurado no Primeiro Império prevaleceu durante o Período Regencial, no qual a centralização política causou uma série de descontentamentos entre a elite dominante, de cada região, com o Governo Central.

No país, que havia conquistado sua independência política há pouco tempo, um dos problemas era a falta de comunicação entre seus compatriotas, devido à extensão continental do seu território e a precariedade dos meios de comunicação na época. Organizaram-se os grupos regionais que buscavam seus interesses, apesar de todos terem na pessoa do Imperador a representação de uma construção de nacionalidade, que foi perdida com a volta de D. Pedro I a Portugal, em 1831. Essa instabilidade política, que duraria nove anos, só chegaria ao fim com a elevação do Imperador menino ao trono.

O que acelerou também essas rebeliões foi o Ato Adicional decretado na época pelo Ministro da Justiça e futuro regente Pe. Diogo Antônio Feijó, que dava às Assembléias Legislativas provinciais autonomia como era desejo dos políticos locais. O intuito era acabar com o Poder Moderador ou a implementar um Estado Federativo. Desta forma, sem um entendimento entre os segmentos dominantes e o Regente eclodiram quase simultaneamente vários movimentos separatistas no Brasil: a Cabanagem, no Pará (1834-1840); Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845); Sabinada, na Bahia (1837-1838); Balaiada, no Maranhão (1838-1841). Entretanto nenhum desses movimentos conseguiu seus objetivos¹, voltando as Províncias a fazer parte do Império logo que sufocadas as rebeliões.

* Acadêmico do Curso de História com Concentração em Patrimônio Cultural pela Universidade Católica do Salvador. Texto sob orientação da doutoranda Ione Celeste de Jesus Sousa, docente do Departamento de História da Universidade Católica do Salvador.

¹ Esses objetivos estavam relacionados a separação do Império e com os acordos tentados antes da eclosão dos movimentos perante o Governo Central.

A Sabinada, como foi chamada, recebeu este nome devido ao seu líder, o médico e jornalista Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Da Rebelião participaram os estamentos médios da sociedade baiana: oficiais subalternos (tenentes e capitães), profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes. Cogita-se que o movimento teve sua origem na Corte, mas nada pode ser provado em relação a essa afirmação. No entanto, na Província, o "Novo Diário da Bahia" pregava a separação provisória da mesma.

A separação do Império estava relacionada com a forma como o poder central conduzia sua política administrativa, embora a Bahia já possuísse uma tradição rebelde que remete a 1798 com a Conjuração Baiana². A mesma voltaria a pertencer ao Império com a maioria de D. Pedro de Alcântara - através dessa observação é que vão aparecer as contradições da revolta que apontam a Sabinada como um movimento federalista e até mesmo republicano. Dessa forma, constata-se a falta de organização nas propostas pretendidas pelos rebeldes, que, em cinco meses, foram derrotados pelo Governo Central, sendo seus líderes presos e condenados.

2- O BRASIL DE 1808 A 1835

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em janeiro de 1808, a Colônia passa abrigar a sede do governo metropolitano e junto a isso ocorre a extinção do pacto colonial, quando o príncipe regente, D. João, abriu os portos às “nações amigas”. Tal atitude pode ser entendida como os primeiros passos da independência, ou seja, a colônia não negociaria seus produtos somente com Lisboa, o que modificava sua situação perante os luso-brasileiros. Abrigar a Corte não bastava às terras brasileiras, esta tinha que se comportar como metrópole que se tornaria:

[...] os impactos diretos e indiretos dessa nova condição política [...] são amplamente registrados por testemunhas da época: novos prédios, canalização de córregos, iluminação de ruas, construção de aterros, pontes e estradas, novas e requintadas construções para servir de abrigo a nobreza portuguesa reconfiguravam a paisagem e os usos sociais [...] (PIMENTA e SLEMIAN, p. 19-20).

Um outro fator importante é a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, quando definitivamente o pacto colonial desaparece. “Há quem diga que esse episódio podia ser considerado como independência”, pelo menos no aspecto político, porque tirava o título de colônia, mas não nos libertava do domínio português. É com essa nova mentalidade que surge nos brasileiros um sentimento nacionalista nos estamentos dominantes, que mais tarde vai contribuir para a emancipação política do Brasil. Para Rodrigues (1975, p. 124), desde o princípio, a unidade foi uma aspiração de todos.

Com a Revolução Liberal do Porto, em 1820, os portugueses exigiram a volta da Família Real e a recolonização do Brasil, gerando descontentamento entre a elite brasileira e a portuguesa. Daí cogitasse a possibilidade de formar duas nações cujo chefe de estado seria o rei de Portugal, sendo que cada um teria a sua Constituição.

Em 1822, o Brasil torna-se independente de Portugal pelas mãos da elite agrária brasileira que, segundo uma determinada corrente historiográfica, usa o Príncipe Regente, D. Pedro, herdeiro da coroa portuguesa, para concretizar seus interesses econômicos. Porém o jovem Imperador, como chefe supremo da nação, passa a ser uma figura paternalista e autoritária, o que

² A Conjuração Baiana foi um movimento ocorrido no período colonial, no qual seus participantes pretendiam fundar uma república tendo como ideais os da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), podendo ser reconhecida também como Revolta dos Búzios e Revolta dos Alfaiates.

diverge dos interesses dos setores sociais dominantes. A nacionalidade portuguesa do Imperador será um dos problemas pelo qual este será levado a abdicar do trono brasileiro em 1831. Assim, por meio do antilusitanismo, o ideal de nacionalidade torna-se um dos ditames que orientaram as elites governantes, principalmente nos momentos de instabilidade, durante a Regência.

A “real” independência só acontece em 1823, na Bahia, com a expulsão definitiva das tropas portuguesas do nosso território. Será nesta Província que eclodirão vários incidentes quando se pensava que, com o fim do processo de independência, a paz reinaria pelo país recém-formado. Aos acontecimentos que ocorreram no processo de emancipação política do Brasil está ligada a perspectiva proposta pela Velha História Política do século XIX, onde o “poder” era o foco de estudo.

Diante desta contextualização, tendo como foco principal a Bahia, pode-se relacionar uma série de conflitos ocorridos no pós – independência, durante vinte anos, de 1820 a 1840, conviveram com perturbações da ordem de caráter diversificado: anticolonial, militares, antilusitanista, motins, rebeliões liberais e federalistas. Uma característica marcante desses movimentos é a antipatia perante aos portugueses acusados pelos brasileiros de exploradores pela forma que negociavam os gêneros de primeira necessidade.

Os pobres viam os comerciantes e taberneiros portugueses como inimigos mais importantes, adversários sociais e até pessoais, pois eram acusados de especular com preços de bens de primeira necessidade num momento já perturbado pela inflação e escassez (REIS, p. 40).

O povo, quando mencionado neste período, era denominado de “plebe” ou “classe perigosa” porque podiam provocar agitações, desequilibrando a ordem na Província.

Como já havia mencionado antes, a sucessão do trono português fica indefinida com a morte de D João VI, o que leva a D. Pedro I a brigar por ela e, em 1828, contra a Província Cisplatina, sendo derrotado, causando uma série de descontentamentos para os brasileiros. Isso está associado às remessas de dinheiro para manutenção de duas guerras e a forma autoritária como o Imperador governava. Seus desmandos vão ocasionar a sua abdicção, em 7 de abril de 1831, quando é instaurada a Regência proposta pela constituição de 1824³.

De acordo com a Carta Magna, com a impossibilidade de o herdeiro do trono governar, é nomeada uma regência trina provisória com o objetivo de “arrumar a casa”, cabendo à assembléia legislativa eleger um permanente, sendo que em 1834 a mesma torna-se UNA. Surge daí uma série de instabilidades políticas que vão marcar o Período Regencial, considerado, na época do império como reacionário.

Segundo João José Reis, a Bahia, em 1831, mais precisamente a região do Recôncavo, assistiu a um movimento antilusitano oriundo das camadas populares devido ao não-fornecimento de mercadorias a prazo. Desta forma, rebelaram-se, propondo a expulsão dos portugueses da cidade, o que certamente desagradou aos senhores de engenho, prevendo a perda dos negócios do açúcar. Isso também estava relacionado com a nacionalidade do ex-imperador. Além dessa, três revoltas militares eclodiram na província, sendo logo sufocadas.

A falta de um nacionalismo faz com que tropas vindas de outras províncias combatam no território rebelde, motivadas por um sentimento nativista surgido na colônia. Finalizando o ciclo de rebeliões que antecederam a Sabinada, ocorre em 1835 a revolta dos negros Malês, com características de uma *jihad*. Esta rebelião pretendia tomar o governo, formando uma nação

³ Brasil. Constituição (1824). Art. Se o Imperador por causa physica, ou moral, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das Camaras da Assembléa, se impossibilitar para governar, em seu lugar governará, como Regente o Principe Imperial, se for maior de dezoito annos. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acessado em 14 de jul. 2004

negra no Brasil. Essa característica a diferenciava das outras porque os ideais federalistas não estavam presentes⁴, propondo a descentralização do poder.

3- OS IDEAIS FEDERALISTAS E A SABINADA

Os movimentos que ocorreram durante a Regência, como já havia abordado anteriormente, estavam associados ao autoritarismo implantado com a independência e a centralização do poder. Pensava-se que as reformas políticas feitas pelos regentes, entre elas, o Ato Adicional de 1834, no qual as Assembléias Legislativas Provinciais passariam a ser mais autônoma. Com isso, quanto maior fosse o número de deputados nas províncias, mais ela se desenvolveria. Essa proposta dava a possibilidade de as províncias buscarem investimentos com outras nações, constituírem forças militares e judiciais sem interferência do governo central, o que não ocorreu. É a partir daí que os ideais federalistas passam a ser cogitados entre os estamentos políticos de cada região.

De acordo com Rabat (2002, p. 4), federação é um instrumento (...) através do qual se funda um estado soberano, mesmo reservando poderes autônomos para os entes subnacionais que o constituem. Embora esses ideais fossem considerados, no século XIX, como rebeldes, além do caráter político, existiam reivindicações sociais. O sistema provincial impedia que grupos políticos se formassem, deixando a cargo do Imperador a escolha dos seus respectivos presidentes. As províncias eram administradas por políticos de outras partes do Brasil, o que permitia ao Imperador ter o controle sobre todos, impedindo a formação de alianças políticas (oligarquias⁵).

A Sabinada, movimento separatista ocorrido na Bahia, em 1837, veio carregado de ideais federalistas. Todavia isso não foi algo novo entre os baianos que, desde os movimentos de 1831 e 1832, enfocam a implantação deste sistema. Inserida no quadro de rebeliões ocorridas no Período Regencial, foi a maior revolta ocorrida na Bahia, embora tenha sido a de menor vulto na historiografia baiana, durando apenas quatro meses. Nas suas fileiras participaram os estamentos médios da sociedade baiana: oficiais subalternos (tenentes e capitães), profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes descontentes com o Governo Central. Por trás, agitando as camadas populares, estava o Partido Liberal Exaltado.

A Sabinada, como foi chamada, recebeu este nome por causa do seu líder, o médico e jornalista Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, homem de personalidade exaltada que durante sua vida acumulou vários processos criminais. Foi acusado de assassinato duas vezes: a primeira pela morte do alferes José Joaquim Moreira, pela qual foi condenado, terminando de cumprir a pena no Rio Grande do Sul, tendo Sabino a oportunidade de conhecer e compartilhar dos ideais da Revolução Farroupilha; sua outra acusação foi pela morte de sua esposa, mas que, por falta de prova, acabou absolvido. Em sua passagem pelo Sul, fez amizade com Bento Gonçalves e, quando este esteve preso aqui, no Forte do Mar, a sua presença ajudou na articulação do movimento.

Durante o ano de 1837, o Presidente da Província, o Sr. Sousa Paraíso, foi informado através do periódico baiano, O Novo Diário da Bahia, de um possível levante em Salvador. Este, por sua vez, logo comunicou o fato à Corte, devido ao que já estava acontecendo no restante do país, sendo que esta não deu a devida importância às notícias vindas da Bahia.

⁴ Cf. Reis. **Op. Cit.** p. 39

⁵ Durante o Império o Brasil não teve a formação de oligarquias, sendo esta inserida no contexto político da República.

No dia 7 de novembro do mesmo ano, os rebeldes tomaram o poder e em sessão, no Forte de São Pedro, foi lavrada a ata que seria considerada o documento oficial da Sabinada, sendo levada à Câmara da cidade para ser legitimada. Dois dias depois, uma emenda neste documento confirma a lealdade dos líderes do movimento ao Imperador, ficando a Bahia separada do Brasil até a maioria de sua Majestade Imperial. É através dessa emenda que as contradições do movimento começam a aparecer, ou seja, os rebeldes não estavam procurando proclamar uma república na Bahia e sim uma autonomia perante o Governo Central que pode ser entendido como federalismo:

Federalismo, mais do que separatismo – Não é possível dizer que fosse ponto vital do programa rebelde a separação do Império. Nada se mudou nas leis, salvo quanto às personalidades incumbidas de lhes dar execução. Nas inúmeras propostas feitas as autoridades imperiais, nunca foi impugnada a volta ao seio do Império, mas sempre que existiu pela concessão da autonomia da província. (CALOGERAS, p. 161).

Um outro ponto de destaque é que o Estado independente que acabara de nascer seria extinto quando D. Pedro II subisse ao trono.

Os outros artigos da ata procuravam melhorar a situação daqueles que colaboraram com o movimento, tomando como exemplo os militares. A revolta ficou limitada à Cidade de Salvador porque o Recôncavo ficou de posse das forças legalistas, e a Cidade de Cachoeira passou a ser a capital legalista da província. Essa posição estratégica de controlar a província do Recôncavo deu aos imperiais o direito de bloquear a navegação de cabotagem que abastecia Salvador de gêneros alimentícios, levando esta ao caos e daí partiram as tropas que reconquistariam a capital da província.

Os sabinos no poder se comportaram como governo e não como rebeldes devido à falta de um programa revolucionário consistente, o que fez o movimento desaparecer em quatro meses. No dia 16 de março de 1838, as tropas legalistas tomam Salvador com o objetivo de restabelecer a ordem, saindo vitoriosa com a prisão dos líderes do movimento. Esses foram presos e condenados, sendo Sabino expulso da província com o pretexto de não voltar a destabilizar a paz e a ordem na Bahia.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corte portuguesa na colônia fez com que a os proprietários de terras tivessem contato com as estruturas do governo metropolitano, dando oportunidade a estes de se interessar pelas atividades políticas cujos objetivos passaram a ser contrários aos de Portugal. A abertura dos portos e a liberdade de comércio diretamente com nações estrangeiras mudaram a mentalidade dos brasileiros através do sentimento nacionalista. Essa tomada de consciência resultou na emancipação política do Brasil apesar de este processo não possuir idéias revolucionárias, ou seja, não houve um conflito armado para se obter a separação de Portugal, na qual foram beneficiados uma minoria enquanto os outros estamentos da sociedade ficaram marginalizados. Todavia o comando da nação continuou na mão de um português, D. Pedro I, que, com seu autoritarismo, vai dar a origem a um antilusitanismo no país recém-nascido. No que diz respeito à economia, esta fica atrelada aos grandes propriedades rurais e à mão-de-obra escrava, permanecendo o *status quo* do Período Colonial.

Depois de feita a independência, o grande problema do Brasil foi a construção do estado-nação que refletiu nas diferenças regionais. Isso porque no pós-independência a falta de uma unidade nacional por parte dos brasileiros vai acarretar numa série de conflitos regionais. O

Período Regencial que se instalou com a abdicação de D. Pedro I deu continuidade à forma como o ex-imperador conduzia a política nacional. Os movimentos separatistas que eclodiram no país faziam parte do descontentamento das camadas dominantes das províncias, agora já amadurecidas por ideais federalista.

A Sabinada foi um desses movimentos que reivindicava uma autonomia perante o governo central. Era uma forma de articular grupos políticos na província que ficavam impedidos de se estruturar pelo fato de que a escolha do presidente era determinada pelo Imperador. O movimento teve carência de posturas rebeldes pela forma como os líderes se comportaram no poder, restringindo a revolta a Salvador. Foi o único movimento separatista com dia para começar e terminar pela lealdade de seus líderes ao futuro imperador, D. Pedro de Alcântara. Portanto a Sabinada não possuiu idéias republicanas e sim federalistas, propondo para o país uma monarquia constitucionalista. A minha leitura sobre este período me fez identificar no Brasil a perspectiva da história política, favorável aos interesses da elite. Por outro lado, as camadas populares nessa revolta é usada como massa de manobra para concretizar os interesses daqueles que estavam galgando o poder.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis. Vozes, 2004

CALOGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1938.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo. Edunesp, 1999.

MOREL, Marcos. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2003.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. 1ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 2003.

SOUSA, Paulo Cesar de Lima. **A Sabinada: a revolta separatista da Bahia 1837**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RABAT, Marcio Nuno. A Federação: centralização e descentralização do poder. Brasília: **Consultoria Legislativa**, 2002. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acessado em 5 de jul. 2004

WERNET, Augustin. **O período regencial: 1831-1840**. 6ª ed. São Paulo: Global, 1997.